

COMUNICAÇÃO

O olhar estrangeiro na Lisboa de oitocentos

COMMUNICATION

The foreign look in Lisbon in eight hundred

Maria João Castro*

Resumo

Esta comunicação pretende desenhar o cenário de uma cidade que, mercê da sua singularidade ao longo de Oitocentos, se tornou numa das favoritas da narrativa de viagens estrangeira. Através do discurso literário, procurar-se-á cartografar a imagem de uma Lisboa guardadana memória dos visitantes europeus, anotando-lhe os hábitos, os usos e costumes, as vicissitudes e as multiplicidades. Mergulhado num cenário diáfano e longínquo, o olhar estrangeiro construiu uma mundividência própria da capital imperial que deu mundos ao mundo, a metrópole cosmopolita e simultaneamente parada num tempo da pedra que viu chegar naus, caravelas e navios, inspirando numerosos relatos que constituem olhares de uma inusitada modernidade.

Palavras-chave: Lisboa; Século XIX; Estrangeiros; Literatura de viagem.

Abstract

This paper draws the picture of a city that, thanks to its uniqueness throughout the nineteenth century, became one of the favorites of foreign travel narrative. Through the literary discourse, it will be mapped the image of Lisbon kept in the memory of European the visitors, noting its habits, customs, vicissitudes and multiplicities. Dipped in a diaphanous and distant scenario, foreign look allowed to draw a world view in the imperial capital that gave worlds to the world, a cosmopolitan metropolis and simultaneously a city stopped in a stone time that saw arriving caravels and ships, inspiring numerous reports that make up looks of an unusual modernity.

Keywords: Lisbon; XIX Century; Foreign people; Traveler literature.

Muitos são os livros dos viajantes sobre Lisboa, sendo que cada um transporta um olhar pessoal que varia segundo a formação do seu autor, a época e os locais visitados. De Raul, Normando, em 1147 até à Troika, em 2014, são quase nove séculos de escritos sobre um lugar único, mas esse longo período temporal é demasiado

* Doutora em História da Arte Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – Portugal. Investigadora do Centro de História d’Aquém e d’Além Mar (CHAM). Bolsista de Pós-Doc da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) com o projecto “ArTravel – Viagem e Arte Colonial na Cultura Contemporânea”.

abrangente, pelo que se optou por concentrar no olhar estrangeiro sobre Lisboa durante a centúria de Oitocentos. A justificação de tal baliza cronológica prende-se a um conjunto de circunstâncias que tornaram, durante esse século, a capital de Portugal um lugar diferente: as invasões francesas (1807-10) e a consequente fuga da corte para o Brasil, a revolução liberal (1820), a independência do Brasil (1822) e a guerra civil entre miguelistas e liberais (1828-1834) provocaram a vinda de um contingente de estrangeiros – nomeadamente ingleses e franceses – que anotou os hábitos lisboetas, tão distantes da Europa saída da Revolução Industrial. Na verdade, na maior parte das vezes, o que a narrativa estrangeira aponta é precisamente o registo de um outro tempo, um tempo parado e pitoresco, de hábitos há muito perecidos no Velho Continente. Nessa medida, interessa perceber esse olhar estrangeiro sobre uma sociedade diferente. Claro que vários autores, como Gomes Leal (1848-1921), Raul Brandão (1867-1930), Miguel Torga (1907-1995) e José-Augusto França (1922), já se dedicaram a encontrar na literatura de viagem estrangeira, o outro lado de Lisboa. Por isso, o que se pretende neste artigo é fazer confluír esses relatos de viagem numa direção que contemple a arte e a cultura artística que os estrangeiros registaram nos seus cadernos de viagem e nas suas memórias publicadas à posteriori.

Ao se interrogar sobre o modo como os estrangeiros viram a cidade de Lisboa e os seus costumes, o que se deseja saber é como era o quotidiano da capital portuguesa, as diferenças e similitudes dos hábitos em relação às demais metrópoles europeias. Tendo em conta a especificidade da cidade que era o cais de um império – o primeiro a uma escala global –, procurar-se-á analisar o modo como o olhar dos visitantes vindos de fora viram a vida cidadina, nomeadamente no que concerne às artes. É evidente que a questão, formulada desse modo, não se encontra isenta de perigos, uma vez que, na grande maioria, as descrições que subsistem resultam mais da fantasia de quem observa do que daquilo que a cidade era. Mas, como se sabe, a literatura de viagem vive em grande parte da arbitrariedade dos seus autores e é esse *élan* que permite desenhar os contornos de uma Lisboa singular e, por isso, de uma inusitada contemporaneidade.

A partir de meados do século XV, Lisboa tornou-se a metrópole colonial do império ultramarino e, conforme a expansão portuguesa avançava (século XVI), ou enfraquecia (séculos XVII e XVIII), a cidade à beira Tejo recebeu numerosos estrangeiros, alguns dos quais, viriam imortalizá-la em narrativas de viagem desiguais, quer nos pormenores quer nas avaliações. Porém, é no final do século XVIII e durante o século XIX, que a cidade ganha um certo protagonismo no relato de viagem estrangeiro.

A esse facto não é alheio uma moda que veio de Inglaterra no século XVIII e que rapidamente se espalhou por toda a Europa continental: o *Grand Tour*.

Certo é que o século XVIII trouxe um novo tipo de viajante, consequência das transformações políticas (Tratado de Paz de Utrech, em 1715), económicas/sociais (Revolução Industrial) e culturais na Europa do Iluminismo. Tratou-se, aqui, não do viajante de expedições de guerras e de conquistas, não do missionário ou peregrino, e nem do diplomata em missão oficial, mas sim do *grand tourist*, conforme era chamado o viajante amante da cultura dos antigos e dos seus monumentos e que fazia a viagem como complemento da sua educação e formação. Esse fenómeno começou por ser exclusivamente inglês – era a *gentry*, a pequena nobreza que viajava – pois tal ação exigia recursos financeiros, contactos no continente europeu e tempo, fatores que só uma certa elite dispunha.

Na verdade, essa moda do *Grand Tour* ficaria registrada pela historiografia da prática social como a primeira viagem por puro prazer e por amor à cultura e depressa se alargou à burguesia inglesa endinheirada (saída da Revolução Industrial), espalhando-se por outras nacionalidades ainda que em menor escala. Se o principal objetivo do *Grand Tour* era o de adquirir um complemento de instrução que não seria possível de obter ficando em casa, o estrangeiro surgia assim, como o lugar de verificação do mundo. Os destinos eleitos situavam-se no continente europeu: a França (devido ao requinte da sua civilização), mas sobretudo a Itália, dada a arte clássica que conservava. Acresce que o culto do antigo seria, em boa parte, alimentado pelas escavações e descobertas feitas, sobretudo, em Itália, como foi o caso das ruínas das cidades de Herculano e Pompeia, reveladoras, pela primeira vez, da vida dos Antigos, bem como toda a dimensão das suas artes e ofícios, facto que ampliou o gosto pelos destroços do passado. Foi tal a influência que essas escavações e as suas consequentes descobertas exerceram sobre a mentalidade europeia da época, que se acreditava que tudo isso representava uma segunda fase do Renascimento. Todavia, o *grand tourist* não contemplava os fragmentos do passado por simples prazer estético, mas sim para verificar o seu valor enquanto parte de uma história antiga que precisava recuperar. De resto, a arte era parte essencial da motivação da jornada aristocrática, daí que houvesse uma preocupação em registar literaria e pictoricamente, a paisagem contemplada.

Essa moda das viagens trouxe consigo a febre da pintura de panoramas que desafiavam os limites empíricos da visão e foi nesse contexto que surgiu e se afirmou a pintura de paisagem e de ruínas, tão divulgada pelos românticos europeus. Porém, ao

artista viajante não cabia apenas a coleta de pedaços brutos de um universo remoto, mas sim a sua transformação em imagem romântica, e desse modo, o relato de viagem foi dando lugar à pintura de panorama onde figuravam as ruínas. Quando regressavam a casa, os pintores viajantes dedicavam-se a completar e finalizar os seus esboços em telas que depois eram mostrados aos mais próximos, dando-lhes a conhecer as paisagens vivenciadas. É preciso não esquecer que os museus eram um conceito distante e as obras de arte só eram apreciadas por uma elite autorizada a frequentar os salões e coleções particulares dos aristocratas europeus.

Daí que, e como se verá adiante, o século XIX constituiu uma época profícua no que concerne à pintura de panoramas estrangeiros, nomeadamente a Lisboa de Oitocentos. Sim, porque Portugal, apesar de com menor frequência, viu chegar alguns estrangeiros *grand touristes* que nos visitavam não tanto com o intuito de completar a sua educação, mas para “verificar” e conhecer esse território pitoresco na ponta da Europa. Aliás o “pitoresque” era uma das demandas dos românticos viajantes, essa procura do particular e do diferente, da curiosidade por uma sociedade que não apanhara ainda o ritmo subsequente da Revolução Industrial e, por isso, vivia num outro tempo. Ora, é nessa atmosfera que Lisboa assiste à chegada dos viajantes de Oitocentos e é sob esse desígnio que perpetuará na literatura de viagens.

Todavia, há que recuar um pouco para perceber a abrangência de tal fenómeno. No início do século XVIII – logo em 1715 –, Montesquieu (1721) falou dos portugueses descritos por um francês que supostamente teria viajado durante alguns meses por Portugal e Espanha. Posteriormente, Lord Tyrawley achou o país incompreensível, mas terá sido o célebre **Diário de William Beckford em Portugal e Espanha** o relato que primeiro se detém sobre vários aspectos da Lisboa de então. Escrito por ocasião da visita do seu autor em 1787, foi um dos primeiros a interessar-se pelo país, descrevendo a capital católica e devota, não sem um certo sarcasmo de uma perspectiva religiosa e cultural diferente da lisboeta. Todavia, o interesse por Portugal atingiu um momento alto, após o terramoto de 1755. Logo em 1756, fazem-se publicar textos estrangeiros descritivos do acontecimento, assistindo-se a um gradual incremento da viagem, quer por razões religiosas quer por propósitos científicos, mas é no fecho do século XVIII e no início do século XIX, que uma nova vaga de estrangeiros irá construir uma verdadeira imagem estrangeira da capital portuguesa de então.

Na verdade, a genealogia de autores estrangeiros que escreveram sobre Lisboa ter-se-á iniciado com Jácome Ratton (1736-1822), quando este viveu na capital

portuguesa entre 1747 e 1810. Seguiu-se o já referido William Beckford (1760-1844) em 1787, James Murphy (1760-1814) em 1788, Robert Southey (1774-1843) entre 1800 e 1801, Carl Ruders (1761-1837) em 1798, a duquesa de Abrantes (1784-1838) em 1805, só para citar os mais conhecidos. A segunda leva dá-se com as Invasões Francesas: William Tomkinson (1790-1872) logo em 1808, Henry Mackinnon (1773-1812), George Byron (1788-1824) em 1809, e por aí diante.

Um outro viandante, Giuseppe Gorani (1740-1819), viajou até Portugal entre 1765 e 1767, tendo escrito em 1806, que “o Rossio era uma das praças mais belas de Lisboa (GORANI, 1989, p. 68) e que a nação célebre pelos seus Descobrimentos, sabia gerir o “grande comércio” das “mais ricas colônias do mundo, que governa com justiça em relação às outras nações europeias” (GORANI, 1989, p. 134), não descurando a profícua relação com as “colônias”, ao preferir Brasil ou Goa a destinos europeus (GORANI, 1989, p. 137). O autor acentua que Portugal mantém a singularidade por não pertencer à Europa e se ter lançado em África.

Mas, é com a aproximação do final do século XVIII, que o fluxo de visitantes estrangeiros a Lisboa toma um novo rumo. A maior parte chega por mar, desembarcando no Tejo; outros vinham pelas estradas do Alentejo, tendo atravessado Espanha por terra. A chegada dos visitantes a Lisboa é o ponto de honra em que grande parte deles não se coíbe de fazer elogios. Mas, em seguida, ao desembarcarem a decepção não tarda a acontecer. Fazem referência a uma Lisboa pouco asseada, onde grande parte dos habitantes andam maltrapilhos, veem-se muitos doentes e mendigos, e a miséria graceja por quase toda a parte. Anotam o travo amargo do desleixo da urbe, das ruas sujas e estreitas, destacando os seus entulhos, a falta de policiamento e de iluminação. Abundam os crimes, os mendigos e a preguiça da população, mas não se esquecem de referir a beleza de Sintra, Mafra e Setúbal, o pitoresco da paisagem, ainda que também anotem o mau estado das estradas e das estalagens. Entram na igreja de S. Roque e na Igreja Nova (a Basílica da Estrela), demoram-se nos teatros, percorrem o aqueduto e o Passeio Público até à Praça do Comércio, passando pelo Rossio e pelo Palácio da Inquisição. Alguns vão até à Ajuda e ao seu Jardim Botânico, outros visitam Belém e o seu Mosteiro, enaltecendo os portugueses dos Descobrimentos.

Entre 1797 e 1799, o botânico germânico Heinrich Friedrich Link (1767-1851) viajou por Portugal, tendo daí resultado **Notas de uma Viagem a Portugal através de França e Espanha**, obra que descreve quase todas as províncias de Portugal, do Minho ao Algarve. Entre as muitas notas que tomou, ressaltam a forte influência que a religião

tinha na população e a impressão de força viva que lhe causaram certos lugares, nomeadamente Lisboa. Entre as muitas notas que tomou, ressaltam aquelas que retratam a metrópole à beira Tejo. Dir-se-ia que a primeira visão que tem de Lisboa, quando atravessa o rio, é de “uma beleza inigualável”, uma urbe que se estende colina acima e onde se descortinam “uma série de igrejas, os cimos cultivados, cobertos de quintas, conventos, ermidas, jardins e oliveiras”. À medida que se aproxima da terra e descobre a Praça do Comércio, a impressão começa a mudar e, conforme caminha pelas ruas até ao Rossio, aumenta a sua indignação perante uma cidade que lentamente se reconstruía após o terramoto de 1755. Os edifícios ainda inacabados da reconstrução pombalina contribuíram para que Link achasse a vida social de Lisboa “triste e enfadonha”. Os fidalgos e burguesia fechavam-se em círculos familiares e a Corte “extraordinariamente sossegada”, mal intervinha nesse viver. Na rua, o ambiente era pouco convidativo. As ruas tinham mau policiamento, poças e lama “com imundíces por todo o lado” e a circulação era morosa.

Opinião similar encontramos no relato do sueco Carl Israel Ruders (1761-1837) que visita a corte de Lisboa entre 1798 e 1802 e escreveu **Viagem em Portugal, 1798-1802**. Notou que as casas antigas que sobreviveram ao terramoto e que encavalitavam nos bairros populares saltavam imediatamente à vista e muitas começavam a ser substituídas nas ruas tortuosas e estreitas. Os novos quarteirões, de traça retilínea começavam a ser edificados mas as obras demoravam. É certo que as ruas passaram a ser largas, com um traçado geométrico e com passeios calçetados; as casas foram construídas todas da mesma altura, com fachadas iguais e com uma estrutura que resistia melhor a possíveis novos sismos para tentar evitar novos incêndios, assentando em estacas de madeira que mergulhavam nas águas do subsolo e, entre os edifícios, fizeram-se muros (os corta-fogos) para evitar a propagação das chamas; para além disso, construiu-se uma rede geral de esgotos, tendo-se acabado com o velho hábito dos despejos atirados das janelas e acompanhados do grito de “água vai”. Mas tudo isso demorava...

Joseph-Barthélemy Carrère (1740-1802), médico do rei Luís XVI, passou os últimos anos da sua vida em Portugal e Espanha. Em Lisboa, apontou que “o mais importante divertimento dos portugueses era ir à missa e assistir às procissões”, mas que a regra era estar em casa. Dizia-se que às mulheres era permitido sair de casa três vezes: batizar, casar e enterrar. Era, portanto, uma capital congelada num tempo fechado de espaços, num viver à antiga, ainda que arquitetonicamente a cidade se modernizasse sob

os auspícios do Marquês de Pombal (1699-1782). Essa aparente contradição fazia com que os estrangeiros fizessem críticas implacáveis aos costumes nacionais, não entendendo um modo de vida tão distante da sua Paris, onde a sociedade usufruía das modernidades e comodidades consequentes de uma industrialização perfeitamente sedimentada.

Com as Invasões Francesas e a consequente fuga da corte para o Brasil, todo um novo ideário se configura. Tanto as tropas francesas como os ingleses que se vão fixando no país são unânimes em escrever que encontram um país sem ecos visíveis da Revolução Industrial. As estradas e meios de transporte eram praticamente inexistentes¹ ou de difícil acesso, a população dedicava-se ainda quase em exclusivo à agricultura, numa vivência antiga e a anos-luz da Europa da Revolução Industrial. “Ainda se viajava de liteira, pelos difíceis caminhos do interior [...] e os estrangeiros, que disso se espantavam, foram os primeiros a anotar-lhe o sabor.” (FRANÇA, 1990, p. 254).

O fulgor da literatura de viagem, escrita nessa época por estrangeiros, oferece um novo olhar ao país sem rei nem corte. A começar pela duquesa de Abrantès², mulher do general Junot (1771-1813) que viveu em Portugal entre os anos de 1805 e 1806. **Souvenirs d'une ambassade et d'un séjour en Espagne et en Portugalde 1808 à 1811** constitui um exemplo de uma certa visão francesa de Portugal. Nela se inscreve a imagem de um país feito de clichés, dando uma visão superficial da História e da Literatura local, mas contendo pontos de apurada lucidez. É preciso referir que a estada da duquesa acontece dois anos antes da chamada primeira invasão francesa, que inauguraria a Guerra Peninsular. Junot veio para Lisboa, render o embaixador francês Jean Lannes (1769-1809) e entre abril de 1805 e setembro de 1806, o casal vive em Lisboa, uma capital que se revelaria um carrossel de frivolidades, por entre os bastidores onde se jogava uma batalha diplomática. Portugal vivia em neutralidade, tentando escapar ileso entre as ameaças espanholas, e as ambições francesas, tendo a seu lado, o seu velho aliado britânico. A missão de Junot seria aproximar Portugal ainda mais da órbita francesa, mas Lisboa teimava em aproximar-se de velha aliada Inglaterra, e a família real preparava-se para abandonar o país, o que viria a acontecer em novembro de 1807. Durante a sua permanência na cidade à beira Tejo, Madame Junot, escreve sobre as tardes no palácio de Queluz, da aristocracia, nobreza, diplomatas e

¹ A inauguração da primeira linha férrea portuguesa apenas teve lugar em 1856, numa viagem pequena, de cerca de 37 quilómetros entre Lisboa e o Carregado, quando por quase toda a Europa, o comboio chegava a praticamente todas as grandes cidades.

² Laure Saint-Martin Permon (1784-1838), Madame Junot, conhecida como Duquesa de Abrantès.

serões no Real Teatro de S. Carlos, das intrigas. Descreve a paisagem de Sintra e glorifica a natureza prodigiosa, a luz, por contraponto à rudeza das gentes e da vida da população citadina.

Numa outra vertente, a divulgação dos testemunhos dos viajantes estrangeiros sobre o universo museológico lisboeta revela-se de particular interesse no contexto deste artigo, uma vez que constituíram lugares obrigatórios de visita turística. Em Oitocentos, os lugares eleitos já não guardam meras curiosidades (como na centúria de Setecentos), mas sim, testemunhos que ajudam a construir um **Livro dos Museus em Portugal**³. Testemunhos desiguais, diga-se, quer na extensão e pormenor dos registos, quer na qualidade dos juízos, mas todos acentuando a mudança na natureza das coleções que passam a ser mostradas nos Museus da Ajuda, da Universidade, da Academia das Ciências e, mais tarde, na Escola Politécnica de Lisboa (1858). O período da monarquia constitucional conheceu um florescente movimento de abertura de instituições museológicas que assumiram um papel central nas preocupações culturais de particulares (Galeria do rei D. Luís) e do Estado (Museu Real de Bellas Artes e Archeologia). É desse universo que tratam os relatos de Robert Southey (1774-1843) em 1800-01, de Etienne Geoffroy (1772-1844) em 1808, ou de Henry Matthews (1789-1828) em 1817 com o seu **The diary of an invalid: being the journal of a tour in pursuit of health in Portugal, Italy, Switzerland, and France in the years 1817, 1818, and 1819**, entre numerosos outros⁴.

Em 1809, Lord Byron chegou a Lisboa com John Hobhouse (1786-1869), tendo ficado ao longo de duas semanas. A sua obra **Peregrinação de Childe Harold**, um diário de viagem poético, refere a cidade envolta num encantamento particular, “cidade que brilha ao longe como uma cidade celeste” e Sintra como “um éden”. No relato existem várias incorreções, mas o que convém assinalar é que, da sua curta estada, Byron e o amigo retêm a tentativa de atravessar o Tejo a nado e o facto de ter sido assaltado quando ia ao teatro.

Entretanto, Lisboa continua a assistir à chegada de personalidades como Lady Craven (1750-1828) em 1791, Vicent Lunardi (1754-1806) em 1794, ou Wilhelm Eschwege (1777-1855) em 1803.

³ Neste âmbito há que referir o primeiro museu criado em solo brasileiro – o atual Museu de História Natural do Rio de Janeiro – no ocaso do período colonial, em 1818.

⁴ Para uma lista completa ver João Carlos Brigola (2011), **Os viajantes e o “livro dos museus”**.

Quanto aos artistas, vale a pena referir o nome de Jean-Baptiste Pillement (1728-1808) que, com 17 anos, visitou Espanha e Portugal, empregando-se como decorador e pintor. Em Portugal, foi-lhe oferecido o título de pintor real, que ele recusou, preferindo continuar a sua peregrinação europeia. Teve uma das carreiras mais cosmopolitas de qualquer artista europeu da sua época, partindo por um périplo que o levou às principais cidades europeias: São Petersburgo, Londres, Viena, Varsóvia, Roma, Veneza e Paris onde foi nomeado “pintor da rainha” Maria Antonieta (1755-1793), executando múltiplas pinturas decorativas no Petit Trianon. De regresso a Portugal, em 1780, fundou uma escola no Porto e de lá, Pillement passou para Lisboa, em 1783, onde trabalhou vários anos com crescente sucesso. Pintou para a realeza portuguesa e para diversos membros da aristocracia e do grande comércio, decorando um salão no Palácio de Seteais, hoje designado por Sala Pillement, pintando várias casas de quinta (Quinta de S. Pedro, do marquês de Marialva, Quinta de S. Sebastião, Quinta do Ramalhão) com “[...] as suas paisagens ideais, delicadas, pré-românticas, as suas folhagens e, provavelmente, as suas ‘chinoiseries’ [...] e a sua arte estereotipada mas elegante encantou nobres e burgueses.” (FRANÇA, 1990, p. 80).

Outros franceses, pintores de visitas e costumes, se seguiram. A. Noël (1752-1834), pintor de marinhas é autor de vários quadros de vistas das quintas em Benfica e em Sintra, de vistas fluviais de Lisboa e de um álbum de viagem com paisagens e arquiteturas de Portugal, de 1780⁵. Também o francês Nicolas Delerive (1755-1818) veio a Portugal em 1792, fugido da Revolução Francesa e deixou retratos do Regente, decorou o picadeiro de Belém e cenas lisboetas, entre as quais pequenas telas de costumes. Refira-se também Z. Doumet (1761-1818) que permaneceu na capital portuguesa entre 1796 e 1806, onde desenhou imagens de costumes. Há que enunciar igualmente Napoléon Orda (1807-1883) que esteve em Portugal em 1843 e realizou vários desenhos aquarelados de vistas do país⁶ e, sobretudo, ingleses, como George Vivian (1798-1873) que esteve em Portugal em 1833 e 1837, tendo ilustrado **Scenery of Portugal and Spain** (London, 1839), ou franceses, como Tony de Bergue (1820-1890) que na sua vinda a Portugal, aqui deixou larga obra de vistas ribeirinhas de Lisboa de carácter romântico. Mas, o mais proeminente pintor desse período terá sido Auguste Roquemont (1804-1852) que vem para Portugal como secretário de D. Miguel I (1802-1866) que conheceu em Viena. Fixa residência na zona norte do país dedica-se

⁵ Álbum que se encontra no Museu Nacional de Arte Antiga.

⁶ Dos quais sete se encontram conservados no Museu de Varsóvia (FRANÇA, 1990, p. 409).

inteiramente à pintura, executando numerosas telas de paisagem e costumes populares que viriam a marcar profundamente a primeira geração de pintores românticos nacionais, não deixando de expor na Academia de Lisboa em 1843.

À direta inspiração desses artistas estrangeiros se deve muito na sedimentação de uma pintura de costumes que tardava em implantar-se.

Paralelamente, surge nas artes nacionais uma figura que viria a influenciar o pensamento romântico da geração de 20: Athanasius Raczyński (1788-1874) que veio para Portugal como ministro da corte da Prússia e que aproveitou para estudar a arte nacional. Foi ele o autor do primeiro estudo moderno de crítica histórica **Les Arts en Portugal**, publicado em 1846, obra importante na medida em que divulga a nível internacional, alguns autores portugueses. Constituída por 29 cartas, **Les Arts en Portugal**, revelou o Portugal artístico à Europa central, mas também o revelou aos portugueses, que despertaram para os desprezados tesouros artísticos do seu próprio passado. Raczyński havia viajado por toda a Europa e, por isso, tinha meios para comparar as artes nacionais com as suas congêneres. Esse artista deambulou por coleções particulares, passeou pelos salões da Ajuda, visitou as exposições da Academia, e percorreu o país para contemplar os monumentos semi abandonados, votados à ruína, verificando o “triste estado da arte portuguesa” (FRANÇA, 1990, p. 395). Foi desse modo que desenhou um vasto panorama da produção artística portuguesa, mas a contribuição de Raczyński vai para além disso: foi graças a ele que se abriu caminho para o início de uma abordagem historiográfica a nível da história da arte, tendo ajudado a abandonar o discurso retórico sobre a arte que até então vigorava. Importa lembrar que muitos dos membros da primeira geração de românticos portugueses entendiam ainda a arte à maneira clássica, ou seja, como imitação da natureza, posição bem distante dos restantes românticos europeus.

Outro viajante europeu em trânsito por Lisboa foi Félix von Lichnowsky (1814-1848) que, em 1842, se instalou temporariamente em Lisboa. Conde e diplomata pelo reino da Prússia, publicou em 1843 **Portugal Erinnerungen aus dem Jahre 1842**, no qual relata a sua visita à abertura das Cortes portuguesas, achando a capital de “[...] aspecto belo, mas triste, [...] onde massas de pedra sem passado nem presente, como o Palácio da Ajuda, julgando bastar conquistar pela extensão dos seus territórios ultramarinos igual gabarito ao das nações “dos mais poderosos reis da Europa.” (LICHNOWSKY, 1990, p. 129).

Também a sobrinha neta de Napoleão Bonaparte, Maria Letizia Rattazzi (1831-1902) visitou Lisboa em 1876-1879, tendo publicado **Le Portugal à Vol d’Oiseau. Portugais et Portugaises**. Disfrutou da “[...] admirável paisagem entre Queluz e Sintra [...]” (RATTAZZI, 1997, p. 312), a intervenção sobre a “bela enseada natural de Lisboa para potenciar seu porto a um dos primeiros do mundo” e, ao mesmo tempo, anotar a “inércia” dos lisboetas (RATTAZZI, 1997, p. 273). Considerava que Lisboa tinha condições para se tornar “[...] numa das cidades mais fluorescentes da Europa [...]” (RATTAZZI, 1997, p. 399) e que o porto tinha capacidade para se tornar “um dos mais frequentados do mundo”, transformando a capital. Não raras vezes, refere Rattazzi a premência da modernização lisboeta (saneamento e rede de águas pluviais) e denuncia as fraquezas de uma burguesia urbana abastada, via Brasil.

Segundo o testemunho de outro estrangeiro, Freiherr von Minutoli (1804-1860), os portugueses afirmavam que a escassez de tesouros artísticos e de monumentos se devia essencialmente ao terramoto de 1755 e às invasões francesas, mas talvez esta razão seja só uma parte do problema. Na verdade, o autor afirmaria que o facto é que ninguém comprava nada de modo a repor parcialmente o que restava dessas tragédias, e, por isso, os castelos, igrejas, as coleções particulares de Palmela, Farrobo, Lavradio, Sobral e outros, reúnem um conjunto de peças que podem ser extraordinárias, mas às quais raramente se dá a atenção devida. Acrescenta o alemão, que na Academia das Belas Artes e nas Escolas de Desenho existem poucas pessoas de talento ou realmente interessadas e nada se faz para promover as artes e os artistas.

Considerações finais

Seja como for, o estudo da literatura de viagem sobre Portugal, particularmente em Oitocentos, revela a predominância de relatos de estrangeiros oriundos da Inglaterra, França e da atual Alemanha, mostrando a apreço pelo acumular de informação e descrição de um país desconhecido e escrito em consonância com o espírito do Iluminismo e depois do Romantismo. Na maior parte dos relatos destacados, Portugal mantém o seu carácter único por não pertencer à Europa, na medida em que não conseguira acompanhar o progresso civilizacional, apesar de gerir o grande comércio das colônias ultramarinas. Com a vinda desses estrangeiros para a Lisboa provinciana dos séculos XVIII e XIX, logo se adotou o “chique” francês Queirosiano e a “classe” do

inglês, tornando-os seus, e que alguns dos escritores românticos portugueses refeririam mais tarde⁷.

Por esta altura, a arte portuguesa retratava a imagem de um país antiquado, pitoresco – no entender dos estrangeiros que nos visitavam – sem ecos visíveis da Revolução Industrial. As estradas e meios de transporte eram praticamente inexistentes⁸ ou de difícil acesso, a população dedicava-se ainda quase em exclusivo à agricultura, numa vivência antiga e a anos-luz da Europa da Revolução Industrial. A pintura espelhava um país fechado ao progresso onde ainda se viajava de liteira, pelos difíceis caminhos do interior e os estrangeiros, que disso se espantavam, foram os primeiros a anotar-lhe o sabor ainda que com grande arbitrariedade no discurso.

Comum a quase todas as narrativas publicadas é a suprema religiosidade e superstição das suas gentes, mas há que não esquecer que a maioria dos estrangeiros que nos visitaram eram protestantes ou laicos, pelo que o cenário no seu país era de todo diferente.

Como observação final, cumpre ressaltar que nem todos os relatos constituem documentos completos e sérios sobre a Lisboa de então, mas mesmo os menos cuidados não deixam de revelar uma cidade que mostra nas suas linhas de força um povo hospitaleiro, mas de conduta que deixa a desejar, um país belo, diversificado e de grandes potencialidades que se deixa retratar sob as tintas dos artistas estrangeiros na sua pacatez provinciana. Assim, a Lisboa que fora capital de um império outrora mundial, apresentou-se ao longo do século XIX e ao olhar estrangeiro de um regionalismo insuspeitável, originando testemunhos e narrativas com uma credibilidade própria, contribuindo para um conhecimento mais diversificado dos percursos e discursos de uma cidade que fora o cais da Europa. Durante mais de um século seriam os estrangeiros, com a sua sensibilidade crítica, a comparar a realidade metropolitana lisboeta com as demais realidades europeias e, frequentemente, a destacar-lhe o desígnio memorialista, biográfico e historiográfico em obras que, à altura, raramente, conheceram edições portuguesas. Devido a essa circunstância, os lisboetas não tiveram oportunidade de refletir sobre a sua imagem refletida no espelho do “outro”, ausentando-se, assim, de um retrato mais completo e, simultaneamente, mais rico e profícuo, numa ordem de infinitas possibilidades.

⁷ Como foi o caso de Eça de Queirós e Camilo Castelo Branco.

⁸ A inauguração da primeira linha férrea portuguesa apenas teve lugar em 1856, numa viagem pequena, de cerca de 37 quilómetros entre Lisboa e o Carregado, quando por quase toda a Europa, o comboio chegava a praticamente todas as grandes cidades.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Laure. **Souvenirs d'une ambassade et d'un séjour en Espagne et en Portugal de 1808 à 1811**. Paris: Ollivier Libraire Éditeur, 1837.

BECKFORD, William. **Diário de William Beckford em Portugal e Espanha**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

BRIGOLA, João Carlos. **Os viajantes e o “livro dos museus”**. Porto: Dafne, 2010.

BYRON, Lord. **Childe Harold's Pilgrimage**. London: Create Space Independent Publishing Platform, 2009.

CAMPOS, Elisa. **Portugal e os Portugueses na literatura de viajantes estrangeiros 1790-1810**. Lisboa: FL, 2006.

FRANÇA, José-Augusto. **A Arte em Portugal no Século XIX**. vol. I. Lisboa: Bertrand, 1990.

GORANI, Giuseppe. **Portugal a côrte e o país nos anos de 1765-1767**. Lisboa: Lisóptima, 1989.

LINK, Heinrich Friedrich. **Notas de uma Viagem a Portugal e através de França e Espanha**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2005.

LICHNOWSKY, Felix. **Portugal. Recordações do Ano de 1842**. Lisboa: Alfa, 1990.

MONTESQUIEU, Charles. **Cartas Persas**. Número LXXVIII, 1721.

RACZYNSKI, Athanasius. **Les Arts en Portugal**. Paris: Jules Renouard, 1846.

RATTAZZI, Maria. **Portugal de Relance**. Lisboa: Antígona, 1997.

RAMOS, Rui (Coord.). **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

RUDERS, Carl Israel. **Viagem em Portugal, 1798-1802**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2013.